

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.623.426 - RS (2016/0230618-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : BANCO FINASA S/A
ADVOGADOS : MARIANE CARDOSO MACAREVICH - RS030264
ADRIANA PREIS DE FREITAS VALLE CORRÊA E OUTRO(S) -
RS040893
ROSANGELA DA ROSA CORREA - RS030820
EMBARGADO : VILTON DE OLIVEIRA GARCIA
ADVOGADO : MÁRCIO ANDRÉ SENNA - RS049104

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ERRO MATERIAL QUANTO ÀS DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. EMBARGOS ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Banco Finasa S.A. à decisão monocrática assim ementada (e-STJ, fl. 286):

RECURSO ESPECIAL. BANCÁRIO. REVISIONAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. JULGAMENTO DE OFÍCIO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO. REEXAME. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. IMPOSSIBILIDADE DE INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. MANUTENÇÃO DA POSSE. SÚMULA 83/STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

Em suas razões, sustenta a embargante a existência de contradição na decisão embargada, uma vez que a decisão "determinou o afastamento do julgamento de ofício e, demais pedidos no Recurso Especial, contudo, ao final, fez menção tão somente ao afastamento do julgamento de ofício" (e-STJ, fls. 294-297).

Brevemente relatado, decido.

O inconformismo merece acolhida a fim de corrigir o vício apontado no *decisum* recorrido.

Assim, com o intuito de retificar o erro material verificado na decisão ora embargada, esclareço que todas as disposições de ofício julgadas pelo Tribunal de origem, no presente caso, devem ser afastadas, quais sejam: a) nulidade de cláusulas abusivas; b) afastamento da comissão de permanência; c) juros remuneratórios; d) possibilidade de compensação de valores; e e) a repetição de indébito. Dessa forma, no trecho constante à fl. 291 (e-STJ), **onde se lê**: "dou provimento ao recurso especial para afastar o julgamento de ofício, manter os juros remuneratórios contratados, declarar a incidência da capitalização mensal, da comissão de permanência, desde que de forma não cumulada, e da tarifa de abertura de crédito e determinar o retorno dos autos para julgamento da ação de busca e apreensão", **deve ser lido nos seguintes termos**: "dou parcial provimento ao recurso especial para afastar as disposições de ofício julgada pelo Tribunal de origem (nulidade de cláusulas abusivas; afastamento da comissão de permanência; juros remuneratórios; possibilidade de compensação de valores; e a repetição de indébito)."

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para sanar a contradição apontada.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator